

NUANCES E DIMENSÕES DA PAISAGEM NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Elton Simões Gonçalves
eltongeosg@uol.com.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

RESUMO

Presente durante a institucionalização da ciência geográfica no século XIX, a paisagem, enquanto categoria analítica, experimentou períodos de afirmação, estagnação e recuo de centralidade ao longo do desenvolvimento das correntes do pensamento geográfico. Nos últimos anos, no entanto, algumas reflexões têm sido concebidas, no sentido de repensar novas reinserções da referida categoria à constelação geográfica de conceitos. Na condição de um artigo de revisão de literatura, o objetivo do presente trabalho consiste em perpassar algumas correntes de entendimento da paisagem enquanto categoria integrante do portfólio metodológico geográfico, apontando pertinências e potencialidades analíticas em função da escolha e/ou sinergias entre as dimensões representacionais disponíveis. A revisão bibliográfica aqui proposta busca explorar as diferentes vertentes do conceito em questão, uma vez que, nas palavras de Berque (1998), as paisagens enquanto representações de nossas vidas cotidianas são pulsantes e cheias de significado. Nesse sentido, grande parte da geografia mais interessante está em decodificá-las enquanto projeções simbólicas internas aos sujeitos. São então abordadas as nuances conceituais relativas à noção de paisagem enquanto: forma – campo do visível – ; mosaico interativo – como cristalização da dualidade sociedade-natureza; herança – como um resultado cumulativo de tempos – ; e como representação. A afirmação da chamada geografia crítica no Brasil – enquanto uma ramificação integrante de uma vertente humanista maior que emergiu na segunda metade do século XX – relegou à paisagem o status de um conceito operacional à interpretação do espaço geográfico, a partir de então elevado à condição de conceito-chave. Nesse ínterim, também concorreram por maior visibilidade os conceitos de lugar e território, marcando um contexto de significativas pluralidades e também ambiguidades conceituais, o qual, mais tarde, permitiu retomar a proposição de uma constelação geográfica de conceitos em inter-relação. No entanto, a considerar a perspectiva geoecológica e geossistêmica no que tange à modelagem e mensuração ambiental, a paisagem conservou sua centralidade analítica, refugiando-se em temáticas caras à geografia física e demais áreas afins. Já as contribuições teóricas da geografia cultural vislumbram – enquanto outro segmento da vertente humanista – iniciativas de trânsito entre as diferentes abordagens se entendidas enquanto representações e comprometidas com uma dimensão espacial estruturada em função de valores socialmente construídos. Portanto, ao atravessarmos as ‘portas’ da paisagem, ecoam fecundas narrativas geográficas atreladas ao uso de múltiplas representações carregadas de simbolismos que revelam a plasticidade das teorizações até então concebidas. Palavras-chave: paisagem, geografia, método, representação.

INTRODUÇÃO

A geografia compreende um ramo científico cujo objetivo consiste em analisar, de forma integrada, o peso variável – temporal e espacial – das dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais definidoras de inúmeros arranjos espaciais. A busca de um ‘porquê’ para o ‘onde’ – jargão há muito conhecido – constitui um rico exercício investigativo dedicado à estruturação, diferenciação e explicação da diversidade espacial contemporânea e de reconstituições de outrora.

Entretanto, é importante ressaltar que os padrões assimilados em uma dada pesquisa não convergem para uma única caracterização sintética da realidade. A considerar a carga de subjetividade presente em toda produção acadêmica, os ditos padrões que se revelam auxiliam a tessitura de narrativas geográficas que demandam um arcabouço conceitual específico para tal.

Sobre o referido arcabouço, Corrêa (1995, p.16) afirma que

“como ciência social, a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada a partir de cinco conceitos-chaves que guardam entre si forte grau de parentesco; todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território.”

Uma seara conceitual específica constitui formas particulares de apreender, experienciar e conceber a realidade. Segundo Haesbaert (2014, p.24):

“o conceito se estende no interior de um amplo continuum que vai desde a posição estritamente empirista e/ou realista - como um retrato fiel da "realidade" - à uma posição racionalista e/ou idealista - como um produto do nosso pensamento, um "espelho reflexivo" - associada à construção teórica do investigador.”

Para o autor, “cada conceito parte de uma questão particular e, ao problematizar o real, de certa forma desestabiliza conhecimentos herdados, diante da permanente transformação em que estamos mergulhados.” E no que tange ao método, “o conceito pode não passar de um instrumental ou técnica, um "operacionalizador" que não tem outro compromisso se não o de servir ao pesquisador enquanto instrumento de análise.” (HAESBAERT, 2014, p.24)

Um conceito "reapresenta", "condensa" ou sintetiza uma realidade. Por isso mesmo, tenta também expressar ou condensar um fenômeno, isso como também ajuda a (re)criá-lo, a propô-lo sob novas bases. (HAESBAERT, 2014, p.26)

Paisagem é o conceito fundante de uma geografia institucionalizada enquanto ciência no século XIX. Apresenta marcante polissemia e possui conotações diversas em função do contexto e da pessoa que a usa. Para Metzger (2001, p.1), “a noção de espaço aberto, espaço vivenciado ou de espaço de inter-relação do homem com seu ambiente está imbuída na maior parte dessas definições.”

No âmbito científico, a primeira pessoa a introduzir o termo paisagem foi o geobotânico Alexander Von Humboldt, no início do século XIX, o qual a concebia como uma característica total de uma região terrestre. (METZGER, 2001, p.3)

Segundo Souza (2003), o conceito de paisagem tem, tradicionalmente, um escopo mais específico, ligado, primordialmente, ao espaço abarcado pela visão de um observador. É, portanto, um conceito cuja interpretação apresenta um sentido fortemente visual. Nos cursos de Geografia brasileiros, a concepção de paisagem mais difundida é a proposta por Milton Santos: “a paisagem seria tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, o domínio do visível.” (SANTOS, 1988, p.67)

No entanto, concordamos com Souza (2013), quando o mesmo afirma que “a componente visual não deve esgotar a dimensão conceitual da paisagem”. O autor também aponta que “Hartshorne já lembrava, em 1939, de certas limitações da paisagem como chave de acesso ao conhecimento geográfico se nos restringirmos às características diretamente observáveis.” (SOUZA, 2013, p.48)

Ainda de acordo com Souza (2013, p.48-49), “se tomarmos inicialmente a paisagem enquanto forma, significa que é saudável dela ‘desconfiarmos’. Seria conveniente sempre “buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência.” No entanto, a ideia de decodificação pressupõe a busca por meios para revelar algo já existente. Consideramos, em contraponto, a referida ideia de decodificação como uma das muitas projeções imagéticas possíveis, sempre interna ao sujeito, uma representação.

É impossível a vida sem representação. As representações são formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade as quais, no entanto, não podem substituir o mundo vivido. (SERPA, 2014, p.488) O cotidiano emerge então como uma fonte riquíssima à compreensão das representações paisagísticas, que mais ocultam do que revelam. De acordo com LEFEBVRE (2004), o cotidiano se programa pela convergência das representações.

Das objetivações inerentes ao conceito de paisagem selecionadas para este trabalho destacamos as seguintes dimensões representacionais encontradas na literatura geográfica e afins: paisagem-forma; paisagem-mosaico; paisagem-herança; e paisagem-representação. Um mesmo autor pode, nesse sentido, transitar por mais de uma noção de paisagem ao longo de sua obra.

Na condição de um trabalho de revisão de literatura derivado da avaliação final da disciplina “Paisagem, Espaço e Sustentabilidades”, oferecida pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO - e ministrada pelo Professor Dr. João Rua no primeiro semestre do ano de 2016, o objetivo do presente artigo consiste em perpassar algumas correntes de entendimento da paisagem enquanto categoria pertinente ao portfólio metodológico geográfico, apontando pertinências e potencialidades analíticas em função da escolha e/ou sinergia das dimensões representacionais disponíveis, uma vez que, nas palavras de Berque (1998), “as paisagens enquanto representações de nossas vidas cotidianas são pulsantes e cheias de significado”.

1. PAISAGEM E DIMENSÕES SUPERPOSTAS

O conceito de paisagem, ao longo da história do pensamento geográfico, perdeu um certo fôlego enquanto síntese idiográfica para retomar hoje sua posição no campo das representações. De acordo com Holzer (1999),

“na geografia, o conceito de paisagem foi considerado como objeto central de seus estudos, para depois ser relegado a uma posição marginal, em detrimento de outros conceitos considerados como mais adequados às necessidades contemporâneas.” (HOLZER, 1999, p.149)

Segundo Corrêa (1995, p.17), “a geografia tradicional em suas diversas versões privilegiou os conceitos de paisagem e região, em torno deles estabelecendo-se a discussão sobre o objeto da geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências.”

A paisagem em seu sentido renascentista de “**espaço que se observa de um golpe de vista**” é associada pela geografia à ideia de “cena”, enquanto que o conceito geográfico do final do século XIX voltou-se para o significado medieval de área fisicamente e culturalmente reconhecível. (HOLZER, 1999, p.153)

A paisagem também sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, à cultura, à ideia de **formas visíveis** sobre a superfície da terra e a sua composição. (COSGROVE, 1998)

Nesse contexto, muitos autores vêm retomando as potencialidades analíticas do conceito em questão. A paisagem é objeto de estudo para inúmeras áreas do conhecimento; é também polissêmica devido à atomização do conhecimento. (BESSE, 2014, p.52) Para o autor, diferentes abordagens podem se encontrar no operador da complexidade (sujeito), que é o paisagista. Nesse sentido, propõe uma unidade, ou síntese, sem totalização, que consiste em passar, sem fim, por todas as portas disponíveis. A paisagem, portanto, deve ser portadora de um potencial crítico em relação ao estudo real do mundo. (BESSE, 2014, p.53)

O discurso ou narrativa espacial demanda um **componente organizador**. Schmitthenner (2002) concebe a paisagem como uma abstração e valorização estabelecida por um processo de seleção e sintetização. Como representação, modifica-se ao longo do tempo (de acordo com a cultura e a progressão). (apud SANSOLO, 2007, p.2)

1.1. PAISAGEM-FORMA

Conforme apresentamos, a primeira perspectiva é a ideia de uma **paisagem-forma** ou como plano de fundo (palco ou espetáculo). Segundo Santos (1988, p.71),

“a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções,

e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores.”

Para Milton Santos, o espaço é entendido como uma dimensão social, enquanto que a paisagem é concebida como uma expressão visual do espaço. O autor destaca que a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão, sendo então, **uma categoria passiva**. (SANSOLO, 2007)

Para o autor, “paisagem é a materialização de um instante da sociedade. O espaço, resultado do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém um movimento. Por isso, Paisagem e espaço são um par dialético.” (SANTOS, 1988, p.79)

Na dialética entre paisagem e espaço, “o trabalho morto seria a paisagem, enquanto que o espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social).” (SANTOS, 1988, p.79)

O sentido cênico e renascentista sintetiza também uma relação entre os seres humanos e seu ambiente, o que nos conduz a explorar outra conhecida dualidade em geografia: entre sociedade e natureza. Para Cosgrove (1998), a “paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana.” A linha de entendimento da paisagem-forma, ao incorporar a dualidade natureza-sociedade sugere uma nova superposição dimensional, a ideia de paisagem-mosaico.

1.2. PAISAGEM-MOSAICO

Prosseguimos à segunda perspectiva, a **cristalização espacial da dualidade sociedade-natureza**, que também marca o estudo da paisagem. Segundo essa abordagem, a paisagem como **palco** incorporaria a apropriação da natureza pelo homem, resultando em um mosaico cuja participação humana é uma variável a ser objetivamente mensurada.

“Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente já não existe.” (SANTOS, 1988, p.71) Não é necessariamente abandonada a ideia de arranjo cênico ou mosaico, mas refina-se a metodologia em atenção às interações espaciais da paisagem-mosaico, atribuindo-lhe um **viés sistêmico**. Carl Troll (1939-1968) foi o primeiro a associar a paisagem como mosaico quando fotografias aéreas passaram a se tornar amplamente disponíveis. Para esse autor,

“a emergente escola da ecologia da paisagem deveria promover o estudo da rede de complexos causa-e-efeito entre as comunidades e vivas e as condições ambientais que prevalecem em específicas sessões da paisagem, tornando-se aparente em um padrão específico da paisagem ou em uma classificação do espaço natural de diferentes ordens de tamanho.” (FORMAN, 1995, p.21)

No mosaico da paisagem, os objetos são agregados formando bordas distintas. “Um mosaico terrestre pode conter somente manchas ou pode também conter

corredores. (...) o infinito número de arranjos espaciais pode produzir um nível particular de heterogeneidade.” (FORMAN, 1995, p.4)

Um mosaico em qualquer escala pode ser composto por **manchas, corredores e matriz**. Estes são os elementos básicos de qualquer padrão no terreno. Os elementos da paisagem são elementos espaciais na escala da paisagem e podem apresentar origem humana ou natural. “Alguns deles influenciam os padrões de diferentes ecossistemas, tipos de comunidades, estágios sucessionais e usos da terra.” (FORMAN, 1995, p.12)

“Os mosaicos revelam rápidas mudanças nos domínios de escala. Cada domínio exhibe um certo padrão espacial (planeta, continente, região, paisagem, ecossistema local).” (FORMAN, 1995, p.14) Percebe-se nesse enfoque particular, o interesse em sistematizar processos ecológicos segundo uma lógica hierárquica e atribuir à paisagem um caráter nomotético regido pelas “leis” da natureza.

Já Metzger (2001, p.4) propõe que a paisagem seja definida como um **mosaico heterogêneo formado por unidades interativas**, sendo essa heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação. (...) O conjunto interativo da paisagem é então composto por ecossistemas ou por unidades de cobertura ou de uso e ocupação do território. (METZGER, 2001, p.4)

Na geografia humana, Santos (1988, p.67) também explorou as potencialidades analíticas da paisagem enquanto mosaico: “tanto a paisagem como o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas funções e sentidos.”

Ainda segundo o autor, “cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico.” (SANTOS, 1988, p.103) A paisagem, portanto, permitiria a historicização da técnica materializada nas formas sempre sujeitas a mudanças de ordem sistêmica.

1.3. PAISAGEM-HERANÇA

Lançamo-nos à seguinte noção que também pode se superpor às demais: a **paisagem como herança**. A linha da história ambiental incrementa à análise da paisagem a dimensão histórica para a reconstituição de paleoambientes e paleoterritórios. Sob essa perspectiva:

“a paisagem é considerada como uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas; (...) uma categoria do espaço que é produto da co-evolução das sociedades humanas e do meio natural, ou ainda, uma manifestação espacial da relação homem-ambiente.” (OLIVEIRA & ENGEMANN, 2011, p.12-13)

Nessa mesma linha, Solórzano, Oliveira & Guedes-Bruni, (2009, p.55) afirmam que

“ao longo da história natural e social, sucessivos territórios se sobrepuseram, e acabaram por gerar uma paisagem modificada por usos diversificados. Tais mosaicos constituem o que é definido como

paleoterritórios, a espacialização das resultantes ecológicas de usos passados dos ecossistemas por populações, os quais deixam marcas visíveis na paisagem até a atualidade.” (SOLÓRZANO; OLIVEIRA ; GUEDES-BRUNI, 2009, p.55)

Nash (1960) sugeriu que a paisagem fosse interpretada como um **documento histórico**. (apud OLIVEIRA & ENGEMANN, 2011, p.9) Também podemos encontrar nas obras de Ab’Sáber a compreensão da “paisagem sempre como uma herança; como herança de processos fisiográficos e biológicos, é patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.” (AB’SÁBER, 2003, P.9)

Ainda segundo o autor, as paisagens tem sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente. (...) “Os primeiros agrupamentos humanos assistiram às variações climáticas e ecológicas desse flutuante universo paisagístico e hidrológico dos tempos quaternários e foram profundamente influenciados por elas.” (AB’SÁBER, 2003, p.10)

Milton Santos incrementa a historicidade da paisagem enquanto um **resultado cumulativo de tempos**. Para ele, “uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos.” (SANTOS, 1988, p.73)

O autor retoma a ideia de mosaico embebendo-o à sua componente histórica: “a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. (...) Não há paisagem indiferenciada de um ponto de vista histórico.” (SANTOS, 1988, p.75)

As influências humanas do passado são cumulativas e se sobrepõem uma sobre a outra ao longo das mudanças. (RUSSEL, 1997, p.4) Pode-se falar então em uma **ubiquidade do humano**.

Retomando a linha da história ambiental,

“ao interpretar o registro histórico, em todos os aspectos, nós podemos inferir as atividades humanas do passado, incluindo seus padrões espaciais e temporais, e através de estudos comparativos que estabeleçam como eles atuaram para formar o terreno atual.” (RUSSEL, 1997, p.4)

De acordo com o mesmo autor, “a ação humana insere-se como uma interação competitiva com outras espécies”. (RUSSEL, 1997, p.12) Para que não sejamos tentados a definir as interações humanas nos mesmos termos de competição com outras espécies, nós deveríamos perceber a importância da cultura humana, a habilidade das pessoas para compreender seu relacionamento com o mundo e suas estratégias e propósitos.

Santos (1988), por sua vez, mantém atenção às interações e transformações do mosaico à luz das densidades técnicas. Nesse sentido, as mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. (...) A paisagem é então revista como

“um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas e formas virgens. As primeiras estão à espera de uma reutilização, que pode acontecer; as segundas são adrede criadas para novas funções, para receber inovações.” (SANTOS, 1988, p.77)

Os próprios representantes da história ambiental reconhecem as inúmeras nuances disponíveis para além da métrica e modelagem da paisagem. Segundo Metzger (2001, p.2):

“a paisagem é vivenciada de diferentes formas, através de uma projeção de sentimentos ou emoções pessoais, da contemplação de uma beleza cênica, da organização o planejamento da ocupação territorial, da domesticação ou modificação da natureza segundo padrões sociais, do entendimento das relações da biota com o seu ambiente, ou como cenário/palco para eventos históricos.”

Sobre o sintagma recorrente, Haesbaert, (2014, p.21) destaca que

“quando colocamos nosso foco sobre a ótica espacial das relações sociais que envolvem questões de caráter mais simbólico, cultural, ou mesmo subjetivas, estaremos trabalhando com conceitos como paisagem – que, nitidamente, hoje, prioriza o campo das representações.”

1.4 PAISAGEM-REPRESENTAÇÃO

Contemporâneo dos ecólogos da paisagem e distanciando-se significativamente dos mesmos, Sauer (1998) esboçou a paisagem “como uma forma da terra na qual não ocorre apenas uma modelagem física, mas sim uma associação desta aos processos culturais da sua transformação.” (apud SOLÓRZANO; OLIVEIRA; GUEDES-BRUNI, 2009, p.50)

A seguinte noção aqui abordada mais se aproxima da vertente humanista da geografia. Nesse contexto, a paisagem torna-se um conceito revalorizado, além dos conceitos de lugar e território. De acordo com Corrêa (1995, p.30):

“a geografia humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal, e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real.”

A questão que se coloca é

“se podemos nos ater a estudar os objetos tais como eles são (positivismo), ou se devemos compreendê-los em suas forças não-observáveis, que são subjetivas (fenomenologia); **os mecanismos do**

processo cognitivo nos obrigam a integrar a subjetividade.” (HOLZER, 1999, p.165)

Por isso mesmo a geografia cultural renovada considera a paisagem como um **texto cultural**, “mas reconhece que os textos têm muitas dimensões, oferecendo a **possibilidade de diferentes leituras simultâneas** e igualmente válidas.” (COSGROVE, 1998)

Nesse sentido, “a paisagem inclui olhares diferentes, situações espaciais diferentes, regimes de espacialidades diferentes; pode-se falar em uma **diversidade dos regimes de espacialidade**.” (BESSE, 2014, p.241)

A paisagem está naturalmente exposta à objetivação analítica do tipo positivista. No entanto, “ela existe, em primeiro lugar, na sua relação com o sujeito coletivo: a sociedade de que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica.” (BERQUE, 1998, p.72)

Acrescentamos, portanto, a noção de **paisagem enquanto representação**. Segundo Martins (2001, apud SOUZA, 2013, p.49), “as representações da paisagem são caminhos para acessar uma mentalidade e refletir sobre certos preconceitos e projetos.”

Para LEFEBVRE (2004),

“as representações são produtos que não derivam diretamente de nenhum dos componentes da prática, mas de suas interferências; intermediários entre o vivido incerto e o concebido elaborado, os conteúdos inerentes às formas das relações sociais dão lugar a representações múltiplas e diversas.”

A obra do autor nos faz pensar em “como dominar o conceito de representação, ou melhor, com quais representações trabalhamos na produção do conhecimento e, em específico, do conhecimento geográfico.” (SERPA, 2014, p.489)

As significações que saltam à vista encobrem outros sentidos, “não apenas em profundidade, mas frequentemente em extensão, isto é, quer na historicidade do que se passa à superfície da vida quotidiana, quer na mutabilidade do **vivido**.” (PAIS, 2015)

Na verdade, a paisagem é reveladora, muito embora revele “ao encobrir”, uma vez identificada a prática de invisibilização da realidade que se dá por meio de uma representação seletiva ou “retocada” de si mesma ou por meio de intervenções no próprio substrato espacial material – ou seja, uma reformatação da paisagem na própria realidade. (SOUZA, 2013, p.52) Portanto, faz-se necessário a investigação sobre as ausências intencionalmente presentes nas representações.

Para LeFebvre (2004) “as representações empobrecidas e sistematizadas em ideologias formam parte dos serviços e processos de conservação, de proteção contra o tornar, a estabilidade, a luta contra as transformações.” Sobre esse apontamento, Pais (2015, p.14) afirma que

“o desafio proposto por LeFebvre não é propriamente o de privilegiar o oculto sob o aparente – o que se dissimula ou oculta – em detrimento do evidente – ,mas a relação entre o evidente e o oculto que interessa ter

em mira para rasgar os véus que as representações tecem à sua volta, obscurecendo o sentido emaranhado numa outra relação: a que se estabelece entre representado, representante e representação.”

Também é pertinente destacar a **percepção seletiva** culminando na fetichização da paisagem como representação, como uma alegoria. Sobre essa observação, é igualmente pertinente a contribuição de Santos (1988):

“a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva – pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. (...) A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. (...) Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado. (SANTOS, 1988, p.89)”

A paisagem deve ser entendida a partir de então como um **meio sensorial**. “O corpo ocupa um lugar central nos ambientes e experiências paisagísticas. Entende-se o corpo vivo como corpo sensível de experiências paisagísticas polissensoriais.” (BESSE, 2014, p.247) O mesmo autor introduz a ideia de paisagem vernacular (vívida, personificada), a qual

“personifica a nossa existência, traduz o fato de que somos habitantes do mundo. A elaboração vernacular repousa sobre o costume, hábitos, práticas (usos continuamente elaborados e ajustados ao contato com o lugar). Estamos no universo de uma **racionalidade contextual**.” (BESSE, 2014, p.250)

Então, conforme aponta Cosgrove (1998), todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são produtos da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem.

Fazer uma geografia da paisagem significaria “se situar ao nível perceptível a ser abordado, constituído da **experiência cognitiva da paisagem** a ser estudada a partir da intencionalidade; e de nossos constructos.” (HOLZER, 1999, p.162)

Concordamos com Besse (2014, p.52) quando o autor aponta as cinco **problemáticas paisagísticas** - chamadas de portas - que convivem na cultura paisagística contemporânea: “a paisagem como uma representação cultural e social; como um território fabricado e habitado; como o meio ambiente material e vivo das sociedades humanas; como uma experiência fenomenológica; como projeto.”

As observações e propostas metodológicas levantadas por Cosgrove (1998) também nos significativamente coerentes, não descartando demais abordagens – ou portas – debatidas até aqui:

“os múltiplos significados das paisagens simbólicas aguardam decodificação geográfica. (...) Um requisito é a leitura detalhada do

texto, para nós a própria paisagem em todas as suas expressões. (...) Os dois principais caminhos para isso são os trabalhos de campo e a elaboração e interpretação de mapas. (...) Ao mesmo tempo, busca distância crítica, uma busca desinteressada de evidência e uma apresentação dessa evidência livre de distorção consciente. (...) Acima de tudo, é essencial uma sensibilidade histórica e contextual por parte do geógrafo. (...) Finalmente, em tal geografia, a linguagem é crucial. (...) Inevitavelmente, nossa compreensão é informada por nossos próprios valores, crenças e teorias, mas está apoiada na busca de evidência de acordo com as reconhecidas regras desinteressadas do mundo acadêmico.” (COSGROVE, 1998)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afirmação da chamada geografia crítica no Brasil relegou à paisagem o status de um conceito auxiliar à interpretação do espaço geográfico, a partir de então elevado à condição de conceito-chave. Vale ressaltar a significativa ambiguidade metodológica que marca o ‘confronto’ de diversas geografias no espaço acadêmico. Entretanto, de certa forma, no campo da geografia física, a centralidade do conceito de paisagem, seja na perspectiva geoecológica, seja em função de uma abordagem geossistêmica, foi preservada. Já as contribuições de teóricos da geografia cultural e humanística vislumbram, atualmente, iniciativas de trânsito entre as diferentes abordagens se comprometidas com a dimensão espacial.

O conceito de paisagem hoje faz parte de uma constelação de conceitos que integra o portfólio metodológico da ciência geográfica. Nesse sentido, concordamos com Haesbaert (2004) quando o autor afirma que

“cada conceito remete a outros conceitos. Podemos então definir, no interior da Geografia, uma constelação ou sistema de conceitos que, sob o pano de fundo da categoria espaço, se ordenam e se reordenam constantemente a partir das problemáticas que enfrentamos e das bases teórico-filosóficas que acionamos para melhor defini-las e enfrentá-las.” (HAESBAERT, 2014, p.12)

Para Souza (2013, p.61), “toda ferramenta conceitual possui potencialidades e limitações e parece que as limitações do conceito de paisagem têm sido mais sublinhadas que suas potencialidades, que não são pequenas.”

A definição tradicional de paisagem enquanto plano de fundo

“a concebe como um espetáculo visual, um panorama, parte do território que podemos alcançar pela vista. Mostra-se necessário então um distanciamento. É graças a este colocar-se em perspectiva que a paisagem poderia aparecer. Há uma implementação de certo sentido e de certa prática do espaço, caracterizadas pela visibilidade, pela distância e pela exterioridade. (BESSE, 2014, p.244)”

A geografia humana, durante todo o século XX, abordou a realidade territorial como expressão do visível. Segundo Besse (2014), “foram necessárias operações críticas de desconstrução: a paisagem como imagem projetada do mundo, ou seja, a paisagem como a projeção sobre o mundo exterior de uma estrutura mental ou um código cultural”. Nesse sentido, concordamos com Berque (1998) quando o autor afirma que

“a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial etc.) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; e a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz (e, portanto, se transforma, porque há sempre interferências com o exterior) pelo jogo, jamais de soma zero, desses diversos modos.” (BERQUE, 1998, p.82)

O conceito de paisagem não pode perder seu significado essencial, no sentido fenomenológico, “de uma **formatação intersubjetiva de determinada porção da Terra** delimitada por cultura relativamente homogênea, sendo que tal delimitação reflete o trabalho coletivo do homem sobre a Terra.” (HOLZER, 1999, p.166) Sobre as atribuições do paisagista, no nosso caso, a práxis do geógrafo, são válidas as colocações de Besse (2014, p.131):

“o paisagista é um ator da transformação das realidades territoriais. É sua atribuição coordenar o alcance estratégico das soluções técnicas (em situações de disfunção espacial); dispor de uma atenção compreensiva com as representações de moradores (significa ações e valores dos lugares); apresentar uma dimensão emancipadora da sua atividade (melhor viver); refletir sobre como insere suas intervenções num contexto marcado pela pluralidade e contradição. Essa seria a práxis do paisagista.”

Cosgrove (1998) igualmente traz observações muito pertinentes quanto aos riscos de um empirismo excessivamente distanciado. Segundo o autor, “as paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado. Grande parte da geografia mais interessante está em decodificá-las.” E ainda acrescenta:

“se nossas intenções são moralmente fundadas e o resultado de nosso trabalho é supostamente de valor para humanidade, enquanto nossos objetos de pesquisa continuarem exclusivamente empíricos e nossas interpretações da motivação humana resolutamente utilitárias, negamos a nós mesmos uma linguagem para moldar as próprias metas que procuramos: **a formação de um mundo humano melhor.**” (COSGROVE, 1998)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 9-26.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- BESSE, Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, v.18 n.2 p.241-252, 2014.
- BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas contemporâneas. In: BESSE, Jean-Marc. O gosto do mundo. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 4ª ed. - Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, [1995] 2002.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte. IN: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- FORMAN, R. T. T. Land Mosaics: Ecology of Landscapes and Regions. Cambridge University Press – Text Book, 1995, Part I, p. 03-40.
- HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.19-51.
- HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p.149-168.
- LEFEBVRE, Henri. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. México. Editora Fondo de Cultura Economica, 2004.
- METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? Biota Neotropica, Campinas, SP, v.1, n.1/2, p.1-9, 2001.
- OLIVEIRA, R. R. & ENGEMANN, C. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Mata Atlântica do Sudeste Brasileiro. Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 9-31, ago. 2011.
- PAIS, José Machado. Das nomeações às representações: os palavrões numa interpretação inspirada por H. Lefebvre. Etnográfica [Online], vol. 19 (2), 2015. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/4000> .
- RUSSELL, Emily W. B. History Hidden in the Landscape. In: People and Land through Time: linking ecology and history. New Haven: Yale University Press. 1997, p.3-18.
- SANSOLO, D. G. Significados da paisagem como categoria de análise geográfica. Niterói: ANPEGE, s.n.t. 2007.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. 2. Reimp. São Paulo: - Editora da Universidade de São Paulo, [1988] 2014.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SOLÓRZANO, A. ; OLIVEIRA, R. R. & GUEDES-BRUNI, R. R. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. Ambiente e Sociedade, Campinas, vol. XII, n.1, p.49-66, jan-jul. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.